

ENTREVISTA / JOSÉ SARNEY

Octávio Costa

“Não se pode violentar as pessoas”

– Onde o governo errou na votação do salário mínimo?

– Existe uma situação muito evidente: O governo não tem maioria dentro do Senado. O Senado é uma casa legislativa formada por lideranças muito fortes, que têm um passado. Muitas vezes a decisão no Senado não é de natureza política, simplesmente uma dicotomia governo-oposição, mas é de natureza conceitual. No caso presente, não vejo uma derrota política do governo. Vejo exatamente senadores que tinham a respeito do assunto pontos de vista muito claros. Tiveram, então, a oportunidade de decidir dessa maneira.

– Em votações futuras, o governo tem condições de obter maioria no Senado?

– Creio que sim. O Senado tem a característica de não se pautar entre governo e oposição. Decide muito mais sob o ponto de vista conceitual do que realmente sobre as lutas políticas. Isso é uma tradição que não vem de hoje. Até o velho Nabuco já dizia: “O Senado não faz política”. Quer dizer, nos assuntos fundamentais, não parte para o confronto político. Portanto, o episódio da votação do salário mínimo não foi um confronto político. Foi um confronto conceitual de senadores que tinham, alguns deles, longa tradição em suas posições, tanto que a reação foi comum a todos os partidos. Em todas as legendas houve defecções, por convicções pessoais, que são irremovíveis. O governo, no Senado, não tem tido derrotas de natureza política.

– Conceitualmente, o senhor considera possível aumentar o salário mínimo além dos R\$ 260?

– Tenho o meu ponto-de-vista, que não é de hoje. Desvirtuamos o conceito do salário mínimo. E estamos prejudicando aqueles que necessitam do valor. Quando foi criado, o salário mínimo destinava-se à sobrevivência das pessoas, mas, depois, transformou-se em moeda de indexação. Ou seja, outros setores aproveitaram a própria necessidade do salário mínimo para se beneficiar da situação. Isso está fazendo com que os próprios necessitados do mínimo sejam explorados pelos que têm menos necessidades do que eles. Esse é o problema do salário mínimo no Brasil. Em outros países, o mínimo não se constitui em moeda de indexação – é o salário de sobrevivência das pessoas. A deformação foi criada quando o processo inflacionário começou a surgir no tempo do Juscelino. Ali, começaram a vincular os contratos e a Previdência ao salário mínimo.

– É possível desatrelar o mínimo de outros valores sem gerar prejuízos?

– Temos de encarar o problema e dar garantias de que não haverá perdas salariais dos aposentados ou de outras pessoas que hoje estão vinculadas ao salário mínimo. É preciso libertar o salário mínimo para que ele possa realmente representar o nível de sobrevivência das pessoas que estão trabalhando. Se fizermos isso, a economia suporta um mínimo muito maior do que esse que temos. Fui presidente da República e verifiquei isso. Em 1987, por exemplo, fui obrigado a dar o reajuste do salário e, ao mesmo tempo, um abono que não vinculasse o aumento aos demais valores atrelados ao mínimo. Foi a maneira que encontrei para fugir desse problema. Verificando as contas públicas, o presidente não tem condições de fazer o que seria ideal. Logo, não podemos culpar nem o presidente nem o governo.

– Após a votação, comentou-se que o senhor não mobilizou os políticos de sua influência. Até sua filha Roseana votou contra o governo.

– É outro conceito errado esse de

O dia seguinte à derrota do governo Lula na votação do salário mínimo não alterou a rotina na casa do presidente do Senado, José Sarney. Acompanhado dos assessores e da filha Roseana, Sarney avaliou o momento político com a tranquilidade que lhe é proverbial. Ao contrário da maioria dos analistas, o ex-presidente da República considerou normal o revés da noite de quinta-feira. O resultado, a seu ver, não poderia ser diferente, pois o governo não tem maioria na Casa. Além disso, foi derrotado num tema que sempre traz problemas para os governantes. A votação do mínimo, diz, “é um encontro anual com a controvérsia”. Diante do comentário de que não teria trabalhado para que senadores de sua órbita votassem a favor da proposta oficial, Sarney assegura, em entrevista ao *Jornal do Brasil*, que nunca foi seu estilo “impôr posições às pessoas”. Afirma que Roseana “caminha com as próprias pernas” e lembra que seu filho José votou a favor das eleições diretas em 1984,

contra a decisão do PDS, então presidido pelo pai.

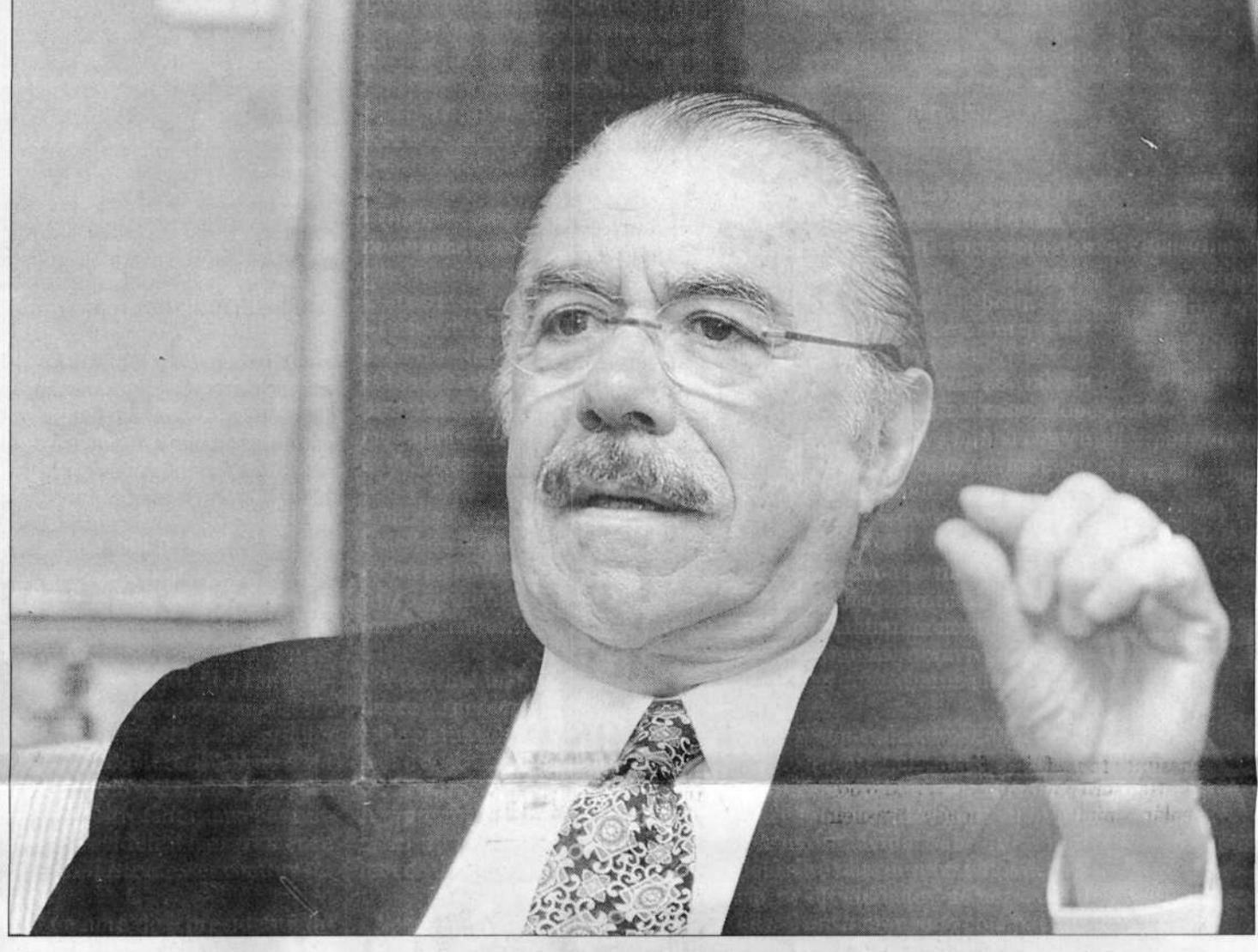
Aos 74 anos, José Sarney garante que não tem interesse na sua reeleição para a presidência do Senado. Afirma que não faltam quadros de peso no Congresso e recorre a Platão para dizer que está liberto de todas as ambições. Não bastasse, repete uma frase irônica do presidente Castello Branco: “O cemitério está cheio de insubstituíveis”.

Descartada qualquer sabotagem à votação do mínimo, Sarney promete solidariedade irrestrita ao governo.

– Apoio Lula porque é um avanço extraordinário para o Brasil. É o ciclo da conclusão da nossa história republicana. Fizemos uma revolução colocando um operário no poder. Sarney também não nega apoio ao chefe da Casa Civil, José Dirceu, mas lamenta o acirramento das disputas internas no Palácio do Planalto:

– Uma das funções do presidente é exatamente saber administrar esses conflitos.

Arquivo



que, dentro do Senado, dentro da política, a gente tem o poder de dominar as pessoas, suas posições. Isso não existe. Os políticos se associam em causas em que vão juntos. Ninguém pode se impor às pessoas, violentá-las. Esse nunca foi o meu estilo. Minha vida política sempre foi marcada justamente pela maneira de buscar soluções consensuais, nunca de impor minha vontade às pessoas. Minha filha tem vida própria, caminha com as próprias pernas. Dou outro exemplo: Meu filho José votou a favor das eleições diretas em 1984, quando eu era presidente do PDS.

– Existem condições de modificar na Câmara a decisão do Senado?

– Cada Casa deve ver a sua situação. No Senado, sempre disse que a situação era difícil e imprevisível. Nunca dei outra declaração senão essa, porque o Senado tem nas lideranças fortes uma carga de vida pública muito grande. Não é um voto partidário, não é um voto que se pode dizer de oposição ou de governo. São biografias pessoais que estão em jogo.

– Outro comentário que se fez a respeito da votação é de que o governo está sendo prejudicado por intrigas palacianas, divisões dentro do Planalto. O senhor, com a experiência de quem ocupou a Presidência, concorda que a falta de união no Palácio atrapalha?

– Cada metro quadrado do Palácio do Planalto é uma divisão de poder, o que não é deste governo, não é do governo passado. Foi do meu governo, é de todos os governos. Em qualquer lugar do mundo, o poder está sempre vulnerável a esses problemas. Mas não acredito que seja maior agora do que foi nos governos passados. Entretanto, uma das funções do presidente é exatamente saber administrar esses conflitos.

– Está na hora de o presidente intervir?

– Vejo isso mais de uma maneira es-

peculativa. Vocês aprenderam na imprensa, nas escolas de Comunicação, que a notícia está na contradição. E vão todos os dias em busca dessa contradição. Quando ela não existe, a gente sugere, para ver se realmente aparece.

– Não haveria, então, confronto mais grave entre os assessores do presidente?

– Acho que é mais ficção do que realidade política.

– O ministro José Dirceu faz falta na articulação política?

– Foi José Dirceu quem organizou o PT para chegar ao poder. Foi ele quem coordenou a campanha de Lula à Presidência. E, depois, participou dos acordos políticos que permitiram a composição do governo. A presença dele na articulação política é indispensável. Só Dirceu tem a memória do início ao fim de todo o processo.

– Quem acompanha o governo vê dois momentos: A largada foi muito boa, mas, de repente, parece que saiu do eixo.

– Penso diferente. O primeiro ano é sempre de dificuldade, de acomodação. O governo enfrentou a dificuldade de acomodação. Estamos no momento em que ele começa realmente a operar em ritmo de vôo e, aí, as coisas se processam com certa normalidade. Hoje, o governo está muito mais experiente, dominando os assuntos políticos e administrativos mais do que no primeiro ano.

– A derrota no Senado foi um acidente de percurso?

– O reajuste do salário mínimo mexe com o Congresso todo ano. É o encontro com a controvérsia, sempre foi. Justamente porque o mínimo no Brasil passou a ser moeda de indexação.

– Após a derrota da reeleição para a presidência da Câmara e do Senado, o senhor deixou de se empe-

nhar pelo governo como vinha fazendo?

– Nunca me aproximei do problema da reeleição. Sempre achei que era um assunto da Câmara, porque era lá que estava tramitando. O meu apoio ao presidente Lula é total e absoluto. Não teve altos nem tem baixos. Estou apoiando Lula porque acredito que é um avanço extraordinário para o Brasil. É a conclusão do ciclo da nossa história republicana. Nós fizemos uma revolução colocando um operário no poder. Uma revolução democrática que o Brasil fez, de grande profundidade, que não pode ser perdida. Por isso, estou apoiando Lula. Por isso, apoiei Lula na campanha e vou apoiar o seu governo, que não pode, jamais, ser uma frustração. Temos de ajudá-lo para que tenha sucesso. Para usar uma frase de Roberto Marinho sobre Lula: “Ele está condenado ao sucesso”.

– É importante para o governo que o senhor e João Paulo Cunha se mantenham na presidência das duas Casas?

– O presidente Castello Branco disse uma coisa: “O cemitério está cheio de insubstituíveis”. Estou pronto para ajudar, mas não faltam quadros dentro do Congresso, dentro do Senado. Dei a minha contribuição, só isso me motiva a me manter na política: poder ajudar o país. Estou livre – como dizia o velho Platão – de todas as ambições. No momento em que não tiver essa condição de ajudar, não haverá motivação. Perguntam-me muito a que se deve a minha sobrevivência política. Digo que é à minha idade.

– Que recomendação o senhor daria ao presidente Lula hoje?

– O presidente tem uma característica muito boa: Ele é muito tranquilo e muito vivido. Sabe que a luta política é feita de momentos de glória, de dificuldades, de normalidades. É enfrentar tudo com paciência, que paciência é água benta não fazem mal a ninguém.



No Senado, não há um voto partidário, não é um voto que se pode dizer de oposição ou de governo. São biografias pessoais que estão em jogo

Em todas as legendas houve defecções, por convicções pessoais, que são irremovíveis. O governo, no Senado, não tem derrotas políticas

;



Quem necessita do mínimo está sendo prejudicado. O salário destinava-se à sobrevivência das pessoas, depois, virou moeda de indexação

;